

DOCUMENTO DE POSIÇÃO

**INTEGRAÇÃO DA INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL NA GESTÃO DAS FINANÇAS
PÚBLICAS: REFORÇAR A EFICIÊNCIA, A
TRANSPARÊNCIA E A RESPONSABILIZAÇÃO**

Março de 2026

Enquadramento do Problema

Os sistemas de finanças públicas africanos estão sob pressão para fazer mais com menos: angariar receitas de forma mais eficaz, controlar as fugas, melhorar a integridade dos contratos públicos, acelerar a prestação de contas e prestar melhores serviços em condições orçamentais mais restritivas. No entanto, muitas instituições continuam a depender de dados fragmentados, controlos manuais, fraca interoperabilidade e supervisão reativa. Isto gera atrasos, erros e lacunas que reduzem tanto a eficiência como a transparência.

A inteligência artificial é cada vez mais apresentada como uma solução, mas o verdadeiro desafio político não é simplesmente se os governos devem adotar a IA. Trata-se de saber se conseguem adotá-la de forma responsável, de modo a reforçar a gestão das finanças públicas sem agravar a opacidade, o preconceito, a fraca responsabilização ou a exclusão digital. A experimentação fragmentada sem governação pode criar novos riscos, mesmo que resolva os antigos.

Contexto e Impacto

A apresentação da Conferência da AAAG de 2025 sobre IA e finanças públicas enquadrou de forma útil a IA através de três pilares — dados, automatização e inteligência — e relacionou-a com aplicações práticas de gestão das finanças públicas (PFM), tais como a deteção de anomalias, o processamento automatizado, a previsão, o envolvimento dos cidadãos e a monitorização dos contratos públicos. Identificou também as principais limitações que mais importam nos contextos africanos: má qualidade dos dados, lacunas de competências, limitações de infraestruturas, preocupações éticas e resistência à mudança organizacional.

Os dados internacionais mostram que a IA já está a entrar na administração pública corrente. Os relatórios da OCDE indicam que a maioria dos países da OCDE está a utilizar a IA para melhorar a conceção e a prestação de serviços públicos. Ao mesmo tempo, o Banco Mundial e os debates sobre políticas africanas continuam a alertar que a infraestrutura digital, a qualidade dos dados e as competências continuam a ser barreiras significativas à adoção eficaz da IA em muitos contextos de países em desenvolvimento. A orientação da política digital do Gana — incluindo a sua Estratégia Nacional de IA e as ambições em matéria de infraestrutura pública digital — ilustra como um país africano pode começar a construir uma base propícia.

O impacto político da adoção responsável da IA na gestão das finanças públicas (PFM) pode ser transformador: reconciliação mais rápida, melhores previsões, trabalho de auditoria e conformidade mais direcionado, deteção de fraudes mais eficaz, análise melhorada dos processos de contratação pública, melhor acesso aos serviços e tomada de decisões fiscais mais ágil. No entanto, estes ganhos dependem de escolhas de governação, e não apenas da tecnologia.

Soluções políticas

Para moldar uma agenda política continental credível sobre a IA na gestão das finanças públicas, a AAAG propõe a construção de uma aliança estratégica para promover o seu papel de defesa e liderança intelectual, com vista a impulsionar um percurso de reforma prático que ajude os países membros a construir as bases digitais, as salvaguardas de governação e as capacidades institucionais necessárias para implementar a IA como um instrumento fiável de integridade fiscal, eficiência operacional e responsabilização pública, promovendo esforços continentais para:

- 1) Construir a base de dados e a infraestrutura pública digital. A IA na gestão das finanças públicas deve assentar em sistemas financeiros interoperáveis, identificadores fiáveis, pagamentos digitais, uma gestão robusta de registos e normas de dados consistentes nas plataformas fiscais, de tesouraria, de contratação pública, de folha de pagamentos, de dívida, de auditoria e de prestação de serviços.

- 2) Começar com casos de utilização de alto impacto e baixo risco. As aplicações prioritárias devem incluir a avaliação de risco de receitas, a deteção de anomalias, a automatização de faturas e reconciliações, a verificação da folha de pagamentos, a monitorização de contratos públicos, o apoio à previsão e assistentes orientados para os cidadãos para apoio à informação e às transações.
- 3) Incorpore a IA nos sistemas existentes de PFM e de administração pública digital. A IA deve melhorar os fluxos de trabalho de tesouraria, FMIS, impostos, alfândegas, contratos públicos, dívida e relatórios, em vez de permanecer à margem destes como experiências desconexas. É a integração que transforma a IA numa ferramenta de governação.
- 4) Estabeleça regras claras em matéria de ética, garantia de qualidade e responsabilização. Os governos necessitam de políticas sobre explicabilidade, supervisão humana, teste de modelos, auditabilidade, proteção de dados, cibersegurança e normas de aquisição para sistemas baseados em IA. A confiança do público dependerá da capacidade dos governos de demonstrar que as decisões assistidas pela IA se mantêm legais, passíveis de revisão e justas.
- 5) Investir na capacidade institucional e na gestão da mudança. Os responsáveis pela gestão das finanças públicas (PFM) precisam de conhecimentos suficientes para gerir a IA estrategicamente, enquanto as equipas técnicas necessitam de competências mais aprofundadas em engenharia de dados, análise, garantia de qualidade e gestão de sistemas. A mudança organizacional, e não apenas a aquisição de tecnologia, determinará o sucesso.

Conclusão

A IA pode ajudar os governos africanos a recolher melhor, a gastar melhor, a detetar melhor e a servir melhor. Mas isto não acontecerá apenas através da adoção de tecnologia. A IA deve ser integrada numa arquitetura de finanças públicas mais sólida, numa infraestrutura pública digital e numa governação institucional. A AAAG pode desempenhar um papel estratégico de coordenação, ajudando os países membros a enquadrar a IA não como um substituto da reforma, mas como um multiplicador de força para a transparência, a eficiência e a integridade fiscal.

Apelo à ação

O próximo passo para África é deliberado e prático: construir bases de dados, escolher um pequeno número de casos de utilização de elevado valor, geri-los de forma responsável, medir os resultados com rigor e expandir o que funciona.

ASSOCIAÇÃO AFRICANA DE CONTADORES GERAIS (AAAG)

Lote 488a, Lake Road | Kabulonga – Lusaka, Zâmbia | +260 958120115info@aaag.africa |

www.aaag.africa

Follow us on Social Media



www.AAAG.AFRICA

AFRICAN ASSOCIATION OF
ACCOUNTANTS GENERAL